

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhores Membros do Governo

Há pouco mais de um ano, abordei, a partir desta tribuna, a problemática da extracção de inertes na ilha das Flores, alertando para a forma anárquica como se estava procedendo à retirada de areias e bagacinas naquela ilha, sem obediência a qualquer plano de extracção, nem de recuperação paisagística.

Nessa ocasião, tive também oportunidade de afirmar que não alinhava em fundamentalismos e considerava os inertes absolutamente necessários para a realização das diversas obras em curso nas Flores, quer públicas, quer particulares, mas que entendia ser imperioso que o Governo cumprisse e fizesse cumprir as regras relativas ao ordenamento do território, impacto ambiental e recuperação paisagística a que deve obedecer a exploração dos recursos geológicos. E hoje continuo a ser da mesma opinião...

Volto hoje novamente ao assunto, não porque a situação se tenha agravado sobremaneira, a ter em conta a reposição do areal da Zona Balnear da Fajã Grande poderá mesmo afirmar-se o contrário, mas porque se está actualmente a viver naquela ilha uma situação que no mínimo se poderá classificar de surrealista e que, como tal, exige a tomada urgente das medidas que se impõem.

A questão prende-se com a chamada “areia do mato”, ou melhor, com a escassez do dito inerte na ilha das Flores e com a política que se está fazendo à volta deste assunto naquela ilha, designadamente pela Câmara Municipal das Lajes. Mas o melhor mesmo será contar toda a “estória”...

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhores Membros do Governo

Tempos houve em que, nas Flores, as chamadas “covas da areia” se situavam em terrenos públicos, nomeadamente na área do Perímetro Florestal, e serviam gratuitamente quer os Serviços Oficiais quer as empresas de construção civil e os particulares. Todos se davam bem e, que me conste, nunca aconteceram problemas de maior...

Porém, de há alguns anos a esta parte as coisas mudaram e apenas tem sido extraída “areia do mato” num único local, a “Boca da Baleia”, no Concelho das Lajes, por sinal em terrenos integrados nas chamadas “terras tapadas”, uma singularidade da ilha das Flores constituída por terrenos baldios que não se encontram submetidos ao regime florestal, mas sim sob administração municipal.

Durante este período, com maior ou menor dificuldade, foi sendo possível aos Serviços, empresas e particulares continuarem a abastecer-se no referido areeiro. Só que, no início deste ano, tudo mudou e, infelizmente, mudou para pior.

Isto porque, por decisão do respectivo Presidente, a edilidade lajense passou a exigir o pagamento da areia, fazendo mesmo publicar a respectiva tabela, já na nova moeda e tudo, que fixa o metro cúbico do referido inerte em dez euros, não referindo, porém, se com ou sem IVA incluído.

Chegados a este ponto, poder-se-ia eventualmente questionar a legitimidade da Câmara das Lajes para realizar mais valias com um bem que é público, mas não vou entrar por aí...

Poder-se-ia também pôr em causa a legalidade do exercício, pela Câmara das Lajes, da actividade comercial de venda de areia e questionar a forma como tal receita é escriturada, mas não o vou fazer, até porque, pelo que me é dado saber, a Inspeção Regional das Actividades Económicas já foi chamada a pronunciar-se sobre esse assunto.

O que questiono, tal como muitos questionam, é o preço cobrado, ao que me dizem mais elevado do que nas outras ilhas e manifestamente exagerado para um produto de má qualidade, aliás, já rejeitado para obras de maior dimensão realizadas naquela ilha, pois que, em alguns casos, o material fornecido não é areia, mas tão somente detritos.

O que questiono, tal como muitos questionam, é que aquele preço, que naturalmente devia ser igual para todos, só é cobrado aos Serviços, às empresas e aos munícipes de Santa Cruz, pois que nas Lajes a areia é distribuída gratuitamente, quer a empresas quer a particulares.

O que questiono, tal como muitos questionam, é que, mesmo no que se refere a Santa Cruz, a Câmara das Lajes se dá ao desplante de cobrar a uns e oferecer a outros, com transporte e tudo e até para obras que nem se encontram licenciadas, promovendo, como é óbvio, a concorrência desleal entre empresas e criando dificuldades acrescidas a algumas delas, designadamente as de pequena dimensão, que são naturalmente a maioria.

O que questiono, tal como muitos questionam, é o porquê de toda esta situação, que está a gerar uma natural revolta, nomeadamente no sector empresarial, a ponto de não ser descabido o receio de que, a manter-se por muito mais tempo, possa vir a provocar incidentes que não se desejam nem se justificam.

Basta que os senhores deputados se coloquem na pele de um pequeno empresário, que investiu, por exemplo, numa fábrica de blocos, que, para além de ter que liquidar impostos e satisfazer encargos bancários, tem ainda de pagar dois contos por cada metro cúbico de areia, em que metade é terra e cascalho, e que vê um seu concorrente directo a receber areia à porta, totalmente de borla, para facilmente perceberem as apreensões que aqui manifesto.

E porque questiono e não entendo, ou talvez até porque entendo bem demais, impõe-se-me denunciar esta situação e pugnar por soluções, que, como é bom de ver, necessitam de ser rapidamente accionadas.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhores Membros do Governo

Numa situação como a que acabei de descrever, a primeira atitude a tomar seria certamente a de chamar à razão e apelar ao bom senso de quem promove tais despautérios.

Mostrando-se, porém, tais diligências infrutíferas, cumprirá necessariamente à Administração Regional exercer a sua função reguladora, que é de igual modo uma função moralizadora.

E, em meu entender, no caso em apreço essa função deverá passar, desde logo, pela abertura de um novo areeiro, preferencialmente em terrenos do domínio público.

Estou em crer que será possível localizá-lo dentro da área sujeita ao regime florestal, mesmo com a natural exclusão das Zonas de Reserva Ecológica e da área de protecção das Lagoas, até porque a ilha das Flores possui um dos maiores Perímetros Florestais da Região.

Admito mesmo, e será porventura a melhor solução, que a actividade de extracção de areia seja concessionada a uma entidade privada mediante concurso e com regras que salvaguardem as questões ambientais.

Não recuso, ninguém recusa, que a areia seja paga, desde que tenha um preço justo e que o mesmo seja igual para todos.

O que não se pode admitir é a manutenção da situação actual! Decididamente que como está é que não pode ficar...

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhores Membros do Governo

A par da regularização do abastecimento de areia à construção civil na ilha das Flores, será também interessante apurar em que condições é que a Câmara das Lajes extrai a areia e a comercializa, nomeadamente se está munida das necessárias licenças, se possui o adequado plano de lavra e de recuperação paisagística ou mesmo se possui rubrica própria no seu orçamento para lançar as receitas provenientes dessa actividade.



Se e quando tal apuramento for feito, estou absolutamente convencido que o Senhor Presidente da Câmara das Lajes irá finalmente descobrir que também está sujeito a regras, e será consequentemente obrigado a perceber que esta forma de conduzir o negócio dos inertes “é muita areia para a sua camioneta”...

Tenho dito.

Horta, Sala das Sessões, 11 de Junho de 2002

O Deputado Regional: *Manuel Herberto Rosa*